



University of
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Unversitário Santo Agostinho

revistafsa

www4.fsnet.com.br/revista

Rev. FSA, Teresina, v. 20, n. 1, art. 18, p. 356-370, jan. 2023

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2023.20.1.18>

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

WZB
Wissenschaftszentrum Berlin
für Sozialforschung



Intersubjetividade e os Jovens em Situação de Vulnerabilidade Social: Observação Documental na Psicologia Clínica

Intersubjectivity and Young People in Situations of Social Vulnerability: Documental Observation in Clinical Psychology

Sandra Maria Souza de Carvalho

Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Espírito Santo
sandramsc@hotmail.com.br

Antônio Luiz Mattos de Souza Cardoso

Doutor em Pedagogia Faculdade de Educação
antonio.cardoso@ufes.br

Marcelo Calderari Miguel

Graduação em Administração pela Universidade Federal do Espírito Santo
marcelocalderari@yahoo.com.br

Endereço: Sandra Maria Souza de Carvalho

Universidade Federal do Espírito Santo Av. Fernando Ferrari, 514 - Goiabeiras, Vitória - ES, 29075-910 - Brasil.

Endereço: Antônio Luiz Mattos de Souza Cardoso

Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Departamento de Biblioteconomia. Universidade Federal do Espírito Santo Goiabeiras. 29075910 - Vitória, ES - Brasil.

Endereço: Marcelo Calderari Miguel

Universidade do Estado de Minas Gerais/Unidade Cláudio - Rodovia MG, 260 33, CEP: 35530-000, Cláudio/MG, Brasil.

Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar Rodrigues

Artigo recebido em 22/10/2022. Última versão recebida em 07/11/2022. Aprovado em 08/11/2022.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review (avaliação cega por dois avaliadores da área).

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação



RESUMO

O fenômeno da desigualdade social está presente em diversos países, com predominância nos subdesenvolvidos, e é decorrente principalmente da má distribuição de renda entre a população e da falta de investimentos na área social, cultural, de saúde e educação. Portanto, o presente trabalho objetivou discutir como a atuação clínica da psicologia é impactada pela vulnerabilidade social, na compreensão do enfrentamento dos jovens a essas situações advindas da questão social. Nessa via, este estudo tece reflexões de forma a contribuir sobre como a psicologia se posiciona no atendimento e acolhimento dos jovens para a redução do estado de vulnerabilidade aos riscos existentes na vida. O artigo é de caráter teórico, situa uma tipologia descritivo-exploratória de pesquisa, envolvendo uma abordagem qualitativa. Optou-se pelo delineamento da pesquisa bibliográfica, que se fundamentou em textos recolhidos em diferentes canais de comunicação científica. Os resultados indicam que as incertezas afetam a geração dos jovens, cada vez mais vemos os jovens em situação de vulnerabilidade social e exclusão relacionada ao racismo, às desigualdades sociais, aos bens culturais e às oportunidades de lazer e de trabalho. Nesse cenário, conclui-se que urge desenvolver políticas públicas voltadas para a juventude, e o psicólogo clínico é um profissional capaz de atuar de forma a minimizar a vulnerabilidade sociais. Dessa forma, buscam-se ações e políticas sociais voltadas à comunidade e aos grupos em condição de vulnerabilidade social e que contribuam para uma transformação social e melhoria na qualidade de vida da população focalizada.

Palavras-chave: Afetividade. Informação-afeto. Direito familiar. Vulnerabilidade familiar. Subjetividade.

ABSTRACT

The phenomenon of social inequality is present in several countries around the world, predominantly in the underdeveloped, and is mainly due to the poor distribution of income among the population and the lack of investments in the social, cultural, health and education areas. Therefore, the present work aimed to discuss how the clinical performance of psychology is impacted by social vulnerabilities, in the understanding of young people's coping with these situations arising from the social issue. In this way, this study weaves reflections in order to contribute to how psychology positions itself in the care and reception of young people to reduce the state of vulnerability to the risks existing in life. The article is theoretical in nature, it situates an exploratory descriptive typology of research, involving a qualitative approach. We opted for the design of the bibliographic research, which was based on texts collected in different scientific communication channels. The results indicate that uncertainties affect the young generation, we increasingly see young people in situations of social vulnerability and exclusions related to racism, social inequalities, and cultural goods and opportunities for leisure and work. In this scenario, it is concluded that it is urgent to develop public policies aimed at youth and the clinical psychologist is a professional capable of acting in order to minimize social vulnerabilities. In this way, actions and social policies are sought for the community and for groups in a condition of social vulnerability and that contribute to social transformation and improvement in the quality of life of the targeted population.

Keywords: Affectivity. Information-affection. Family law. Family vulnerability. Subjectivity.

1 INTRODUÇÃO

As fronteiras desses silêncios e “não-ditos” com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. Essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos (POLLAK, 1989, p. 8).

O fenômeno da desigualdade social está presente em diversos países, com predominância nos subdesenvolvidos. É decorrente principalmente da má distribuição de renda entre a população e da falta de investimentos na área social, cultural, de saúde e educação. Esses fatores causam diversos problemas na sociedade, afetando todos os cidadãos, causando maiores impactos na vida dos indivíduos com piores condições econômicas.

O estado de vulnerabilidade social se constrói a partir das desigualdades existentes na sociedade. Nesse sentido, as iniquidades sociais constituem-se os principais fatores de vulnerabilidade social em que se encontram pessoas e grupos em determinados territórios das cidades brasileiras. De uma forma geral, compreende-se que o processo de vulnerabilização social pode se manifestar a partir do acesso restrito aos bens materiais, simbólicos e culturais por parte de uma população marginalizada socialmente, abrangendo um leque de possibilidades e situações, como citam Fiorati, Arcêncio e Souza (2016).

Assim, a desigualdade social leva a outros tipos de desigualdades, que restringem ou impossibilitam o acesso a bens materiais, culturais (imateriais) e a serviços. Essas limitações, restrições ou impossibilidades podem tornar os indivíduos vulneráveis a riscos sociais. Nunes e Sales (2016) alegam que as crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social possuem maior risco de testemunhar ou ser vítima de tipos de violência, tais como agressões psicológicas ou físicas.

Diante do exposto, o presente estudo volta-se para o tema da juventude em contexto de vulnerabilidades sociais, entendendo tais fatores como demandas frente à prática da psicologia clínica.

Para Fonseca *et al.* (2013, p.259), “em determinadas situações, o estado de vulnerabilidade pode afetar a saúde, mesmo na ausência de doença, mas com o abalo do estado psicológico, social ou mental”. Já os pesquisadores Scott *et al.* (2018) trazem em seus estudos que o conceito de vulnerabilidade vem sendo amplamente trabalhado desde a década de 1990, tendo uma atenção especial à vulnerabilidade social.

No Brasil, a maior parte dos atos de violência é estimulada pelo uso de drogas, principalmente o álcool. Considerando-se que o meio e as condições em que o ser humano

crece e se desenvolve está associado com o tipo de pessoa que vai se tornar, pode-se então compreender que, em um ambiente onde a violência, a prostituição, o uso e o tráfico de drogas são uma realidade de referência, associados à falta de uma educação de qualidade, falta de emprego, baixos salários decorrentes da baixa escolaridade, crianças e jovens reproduzirão esse mesmo estilo de vida do contexto em que são inseridos, já que muitas vezes desconhecem outras possibilidades e modos de viver.

Nesse sentido, o objetivo geral deste trabalho consiste em tecer discussões sobre como a atuação clínica da psicologia é impactada pela vulnerabilidade social, na compreensão do enfrentamento dos jovens a essas situações advindas da questão social, de forma a contribuir com o desenvolvimento individual e social dos jovens para a redução do estado de vulnerabilidade aos riscos existentes na vida. Para atingir esse propósito são necessários os seguintes objetivos específicos: provocar reflexões a partir das situações de vulnerabilidade social entre os jovens; no âmbito da psicologia, torna-se necessário o conhecimento e a atuação ativa do profissional frente às demandas que essa vulnerabilidade possa ocasionar nos sujeitos a elas expostos, e analisar o papel das políticas públicas que operam com segmentos sociais fragilizados.

Ressalta-se, ainda, a importância da pesquisa para profissionais e estudiosos do âmbito científico e social. Destarte, partindo desse pressuposto, o presente diagnóstico do ponto de vista de seus objetivos se rotula como um estudo descritivo, exploratório, que essencialmente emprega o método qualitativo. A metodologia apresentada está respaldada em dados bibliográficos para um maior aprofundamento do tema proposto.

Nessa via, com base em Gil (2017) e Triviños (1987), entende-se que a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado, pesquisas referentes ao pensamento de determinado autor, e as que se propõem a analisar determinado assunto e diversas posições.

Estruturalmente, este estudo está dividido em torno das seguintes esferas de análise: o item I é a introdução – são apresentados o tema da pesquisa, os objetivos, sua justificativa e relevância, e breves aspectos teóricos e metodológicos. A segunda seção – dedicada a aspectos teóricos que abrangem o tema da pesquisa, com a revisão de literatura que discorre sobre alguns motivos que podem desencadear a vulnerabilidade social juvenil. Na seção terceira, situa-se o papel das políticas públicas que operam com segmentos sociais fragilizados. Já a quarta seção situa os resultados; e a quinta parte traz apontamentos em torno das considerações finais.

2 ESTADO DA ARTE

Esta seção desencadeia outras subseções e, por isso, três esferas são estabelecidas para a análise documental: o item 2.1 busca compreender a prática da Psicologia com a questão da vulnerabilidade social enfrentada pelos jovens e qual a melhor forma de conduzi-las no âmbito clínico; o item 2.2 contempla as vulnerabilidades sociais e o desencadeamento das violências; e, a parte 2.3 evoca a questão das vulnerabilidades sociais e o fomento à violência, que se expressa paulatinamente a partir do século XXI, um fenômeno central na constituição das novas ‘políticas públicas’ que operam com segmentos sociais fragilizados.

2.1 Vulnerabilidade Social entre Jovens: Olhares e Diálogos

Nos últimos anos, a expressão “vulnerabilidade social” tem sido cada vez mais utilizada no Brasil e no mundo por pesquisadores, gestores e operadores de políticas sociais, em um esforço de ampliação do entendimento das situações tradicionalmente definidas como de pobreza, buscando exprimir uma perspectiva ampliada, complementar àquela atrelada à questão da insuficiência de renda.

Diante desse panorama, Moraes, Raffaelli e Koller (2012) alegam que o conceito de vulnerabilidade social pode ser aplicado a pessoas que vivenciam situações de adversidade em seu cotidiano, ou seja, a vulnerabilidade social pode estar associada a fatores de risco que afetam negativamente as pessoas e seu cotidiano.

São considerados fatores de risco aqueles cujas condições ou variáveis provocam efeitos negativos ou indesejáveis, ou até mesmo comportamentos que comprometam a saúde e o bem-estar do indivíduo. Scott, Prola, Siqueira e Pereira (2018) consideram que entre os fatores de risco, estão os comportamentos de risco que podem ser igualmente prejudiciais. Dessa forma, entende-se que, no comportamento de risco, existem variáveis psicológicas e sociais que interferem no bem-estar do indivíduo.

Rocha (2007) declara que o estado de vulnerabilidade se traduz em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos indivíduos e está relacionado com o maior ou menor grau de qualidade de vida das pessoas.

A vulnerabilidade social, atribuída a grupos ou indivíduos, compreendida a partir da exposição a riscos de diferentes naturezas, sejam elas econômicas, culturais, sociais, que colocam diferentes desafios para seu enfrentamento, como construção social a partir de múltiplos condicionantes do contexto social. Portanto, enquanto produto dos processos de

exclusão e desigualdade social. Essa construção está calcada no marco legal da proteção integral apregoada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ROCHA, 2007).

Costa, Marguti e Pirani (2016, p.12) relatam que os conhecimentos de “necessidades básicas insatisfeitas, pobreza multidimensional e desenvolvimento humano, a vulnerabilidade social constituem-se uma noção antes de tudo política (ainda que nem sempre seja percebida como tal)” que insere novos “recursos interpretativos sobre os processos de desenvolvimento social, para além de sua dimensão monetária”.

Malvasi (2008) afirma que, no caso da população juvenil, a vulnerabilidade está associada a alguns aspectos negativos, como, por exemplo, a falta de garantia dos direitos e oportunidades nas áreas de educação, saúde, proteção social, o envolvimento com drogas e com situações de violência doméstica e comunitária, a situação de rua, dentre outras.

Nessa via, entende-se que a situação de vulnerabilidade dos jovens acontece também, segundo Castro e Abramovay (2002, p.149-150),

Em relação ao trabalho, sendo esse um dos contingentes populacionais que apresentam algumas das altas taxas de desemprego e de subemprego no país. Eles enfrentam problemas singulares quanto à primeira inserção no mercado, o que, em alguma medida, deve-se à exigência dos empregadores de prova de experiência. É também uma população que tem demandado novos enfoques da educação e qualificação profissional, não acessível aos jovens de famílias pobres. De fato, as mudanças no mundo do trabalho, a desregulamentação e a flexibilização da economia demandariam habilidades nem sempre disponíveis entre os jovens de setores populares, como conhecimentos em informática e línguas estrangeiras, isso em contexto e de diminuição dos postos de trabalho para grande parte da população.

Outro motivo de discriminação é o estigma de morar na periferia, que é associada com miséria, violência e criminalidade. Assim, o local de moradia, por si só, é um fator de exclusão no trabalho e na escola. Além da falta de oportunidades de trabalho e de alternativas de lazer, uma marca singular dos jovens, nesses tempos, é a sua vulnerabilidade à violência, o que se traduz na morte precoce. Portanto, as iniquidades sociais, segundo Souza, Panúncio-Pinto e Fiorati (2019, p.252), constituem-se nos principais fatores de vulnerabilidade social em que se encontram pessoas e grupos em determinados territórios das cidades brasileiras.

2.2 Psicologia em Pauta: Prática e Reflexões

Todo conhecimento é produzido nas vicissitudes da dinâmica contraditória de uma determinada realidade histórica e social e fundamentado em concepções de homem e de sociedade comprometidas com as posições de classe, e com a Psicologia não foi diferente.

Macedo (1984) relata que a Psicologia Clínica está relacionada à compreensão e intervenção nos problemas do homem, visando ao bem-estar individual e social e, nesse sentido, a atividade do clínico está popularmente vinculada à psicoterapia.

Na concepção de Araújo (2014, p.70), “até meados da década de 1970, as intervenções realizadas pela Psicologia incidiam, principalmente, sobre três grandes áreas: a clínica, da qual usufruíam, principalmente, as camadas mais abastadas da população, a organizacional e a educacional”. Mais importante do que isso é o fato de que o conhecimento e as práticas psicológicas desenvolvidas para e nessas instituições dirigiam-se a favor dos interesses da classe dominante.

De acordo com Bock (1999), a Psicologia se instituiu na sociedade como uma profissão corretiva, utilizada para tratar dos desvios, dos desajustes, das patologias, dos desequilíbrios e dos conflitos.

Nesse sentido, Macedo (1984, p.8) sinaliza que:

Entendemos que a psicologia clínica se distingue das demais áreas psicológicas muito mais por uma maneira de pensar e atuar, do que pelos problemas que trata. O comportamento, a personalidade, as normas de ação e seus desvios, as relações interpessoais, os processos grupais, evolutivos e de aprendizagem, são objeto de estudo não só de muitos campos da psicologia como também das ciências humanas em geral.

No âmbito da Psicologia, conforme essa área se aproxima de problemáticas relativas à saúde pública e às políticas públicas, torna-se fundamental que os profissionais tenham clareza a respeito de conceitos, como o de vulnerabilidade social. Dessa forma, buscam-se ações e políticas sociais voltadas à comunidade e aos grupos em condição de vulnerabilidade social e que contribuam para uma transformação social e melhoria na qualidade de vida da população focalizada.

2.3 Jovens: Vulnerabilidades Sociais e o Fomento à Violência

A concepção da violência é “tão antiga quanto a própria existência do homem. Gestos de imprudência e ataque contra seus semelhantes são relatados até mesmo nos primórdios

bíblicos, através da passagem do assassinato entre irmãos como Caim e Abel”, argumentam Silva e Barbosa (2021, p.261). A violência é, cada vez mais, um fenômeno social que atinge governos e populações, tanto global quanto localmente, no público e no privado, estando seu conceito em constante mutação, uma vez que várias atitudes e comportamentos passaram a ser considerados como formas de violência.

Devido à generalização do fenômeno da violência, não existem mais grupos sociais protegidos, diferentemente de outros momentos, ainda que alguns tenham mais condições de buscar proteção institucional e individual. Isto é, a violência não mais se restringe a determinados nichos sociais, raciais, econômicos e/ou geográficos. Entretanto, como se pretende demonstrar, considerando-se modalidades de violência, ela pode se acentuar por gênero, idade, etnia e classe social, independente se como vítimas ou como agentes.

Contudo, Abramovay, Castro, Pinheiro, Lima e Martinell (2002, p.14) assinalam que a violência sofrida e praticada pelos jovens possui fortes vínculos com a condição de vulnerabilidade e pode ser o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos básicos, como: moradia, alimentação, saúde, educação, trabalho, cultura, lazer, dentre outros.

O acesso negado aos jovens a processos básicos restringe a capacidade de formação, uso e reprodução dos recursos materiais e simbólicos. Diversas modalidades de separação do espaço e das oportunidades sociais, que incluem a segregação residencial, a separação dos espaços públicos de sociabilidade e a segmentação dos serviços básicos, em especial, da educação, concorrem para ampliar a situação de desigualdades, tornando assim fonte de vulnerabilidade e contribuindo para a precária integração desses jovens às estruturas de oportunidades sociais e para a segregação de muitos jovens (ABRAMOVAY; CASTRO; PINHEIRO; LIMA; MARTINELL, 2002).

Abramovay, Castro, Pinheiro, Lima, e Martinell, (2002, p.56) arguem que:

A partir da associação da vulnerabilidade com a desigualdade social e a segregação juvenil, tem-se conseguido esclarecer cenários das complexas nuances da relação juventude e violência. Essa relação é percebida como o produto de dinâmicas sociais, pautadas por desigualdades de oportunidades, segregações, uma inserção deficitária na educação e no mercado de trabalho, de ausência de oportunidades de lazer, formação ética e cultural em valores de solidariedade e de cultura de paz e de distanciamento dos modelos que vinculam esforços a êxitos [...] A combinação desses fatores tem sido responsável por situar os jovens à margem da participação democrática que colabore na construção de identidades sensíveis à diversidade cultural e à solidariedade por compromissos de cidadania, assim como no fortalecimento de autoestima e de um sentimento de pertencimento comunitário. Em decorrência, muitos ficam relegados às influências que nascem de sua interação cotidiana nas ruas, com outros que partilham das mesmas carências quando não são

atraídos pelo mundo do crime e das drogas, inclusive por seus símbolos e práticas autoritárias de imposição de poder, ou de protagonismo negativo.

A violência juvenil, nesse contexto, tem emergido sob diversas lógicas. Por um lado, tem representado uma forma de os jovens quebrarem com sua invisibilidade e mostrarem-se capazes de influir nos processos sociais e políticos, diante de uma sociedade que manipula canais de mobilidade social e segrega socialmente setores da população. Por outro lado, também se observa, como apregoam Abramovay, Castro, Pinheiro, Lima, e Martinell (2002, p.58), que mesmo em situações de restrição econômica é possível encontrar novas propostas para solucionar o problema ressaltado em estudos da UNESCO¹ no Brasil, por exemplo: através de linguagens juvenis no campo do esporte, arte, música e atividades lúdicas, muitos jovens encontram saídas alternativas para a realização de buscas de afirmação social.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS E A VULNERABILIDADE SOCIAL JUVENIL

Refletir sobre as políticas públicas voltadas para a infância e para a adolescência desamparada, ou chamada de “em situação de vulnerabilidade social”, para Oliveira e Milnitsky-Sapiro (2007, p.630), não é tarefa simples, “uma vez que é amplo o leque de instâncias envolvidas nesse contexto, que envolve desde a política interna das instituições até a política macro, e inclui todo um cenário marcado por injustiças, práticas arcaicas e desigualdades”.

Em relação à Constituição de 1988, Oliveira, Milnitsky-Sapiro (2007, p.630) alegam que passa a regular importante princípio de reestruturação do sistema brasileiro de políticas sociais, dentre eles, uma ampliação e extensão dos direitos sociais.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é uma lei Federal (nº 8.069), promulgada em 13 de julho de 1990, que se caracterizou como expressão máxima do desejo da sociedade brasileira de garantir direitos às crianças e adolescentes, historicamente fragilizados, principalmente os provenientes de classes sociais menos favorecidas (OLIVEIRA; MILNITSKY-SAPIRO, 2007, p.631).

Fonseca (2004) afirma que:

1 A Unesco é uma agência especializada da ONU com sede em Paris, na França. Foi fundada no ano de 1945 com o propósito de auxiliar na reconstrução do sistema educacional de países aliados na Segunda Guerra Mundial, porém rapidamente expandiu sua abrangência e objetivos. Hodiernamente a cooperação internacional zela pela paz e o desenvolvimento sustentável, atua nas áreas da educação, da cultura e da ciência. Além disso, a ‘Década da Ação’ trata-se de um movimento que decorre entre 2020 e 2030 e representa o prazo que todos os países-membros das Nações Unidas têm para cumprir as 169 metas dos 17 do Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O ECA constitui o marco legal de um processo prático-reflexivo referente a políticas públicas para a infância e adolescência, um instrumento norteador de novos paradigmas no atendimento e atenção a crianças e adolescentes em estado de abandono social ou prestes a ingressarem nessa situação. Desde sua publicação no início da década de 90, o ECA, enfatiza a reflexão fundada no paradigma da atenção e proteção integral à criança e ao adolescente enquanto sujeitos de direitos. Refletir criticamente sobre esse novo paradigma e sobre esses direitos é um grande desafio, especialmente no contexto mundial, no qual muitos países, já na década de 80, estavam reeditando sua legislação sobre o bem-estar da criança e do adolescente. Faz-se ainda relevante observar que o ECA surgiu em um momento de reabertura democrática, visando a uma promoção dos direitos sociais, econômicos e civis dos jovens, ou seja, em vez de simplesmente controlar os jovens, o ECA pretende garantir seus direitos (FONSECA, 2004, p.106).

Nesse sentido, faz-se necessária uma política ligada aos direitos humanos e com a intenção de evitar o risco de substituir a necessária ênfase na economia política em limites estruturais que afetam a sobrevivência física e a qualidade de vida de tais populações, por um enfoque culturalista, como suficiente para lidar com exclusões e pobreza.

Por outro lado, urge desenvolver políticas voltadas para a juventude. Elas são importantes, como também as políticas de caráter universal. Contudo, no que se refere à política de atendimento à criança e ao adolescente, essa ainda é uma área um tanto restrita, apesar das boas intenções, pois a falta de entendimento e de experiência das pessoas envolvidas com a gestão das políticas gera atrasos e consequências.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

As incertezas afetam a geração dos jovens, o desencanto em relação ao futuro, o distanciamento em relação às instituições, a descrença na sua legitimidade e na política formal, além de resistência a autoritarismos. Por outro lado, a vulnerabilidade social permeia a realidade de uma ampla parcela da população brasileira razoavelmente significativa no Brasil, segundo o Índice de Vulnerabilidade Social (BRASIL, 2015).

Tal fenômeno – vulnerabilidade juvenil e social – é frequentemente relacionado com a ausência ou insuficiência de renda, embora inclua fragilidades, exclusão social, ou violação de direitos de minorias (SILVA; PROCÓPIO, 2020). Assim, nota-se que, para além dessa percepção negativa de vulnerabilidade social associada a ‘riscos’, deve-se atentar ainda para a esfera das ‘vulnerabilidades positivas’, e isto é possível? Isso é suficientemente reconhecido, posto que nas últimas décadas há:

[...] o sentido de alerta que muitas vulnerabilidades sugerem, como desencantos, buscas, pedidos de socorro, falta de referências, projetos coletivos que mobilizem os jovens, assim como limites de uma cultura de consumo e por um individualismo narcíseo. Vulnerabilidades positivas também abrangem questões que comumente são associadas por adultos a negatividades, mas que podem potencializar mudanças civilizatórias e engajamentos positivos, fazer diferença (ABRAMOVAY; CASTRO, 2004, p. 2).

Nessa via, a Psicologia como ciência possibilita a compreensão da subjetividade presente nas interações entre os indivíduos e entre o indivíduo e o social, considerando a influência dos comportamentos dos sujeitos sobre os grupos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vida cotidiana de diversas famílias brasileiras é permeada por um aspecto em comum: é caracterizada por uma acentuada vulnerabilidade social. A pobreza extrema é uma condição que submete inúmeras famílias ao enquadramento nas vulnerabilidades sociais, impedindo pais de exercerem suas funções estruturantes, não por comportamento interno, mas antes por uma situação externa extremamente desfavorável. Diante disso, acredita-se ser imprescindível estabelecer uma interlocução com uma sociedade que produziu essa exclusão, e que por consequência desse fato temos jovens em situação de pobreza, exclusão quanto ao racismo, desigualdades sociais, bens culturais, oportunidades de lazer e oportunidades de trabalho.

É fundamental ter em mente a sobrevivência física e a qualidade de vida das populações pobres e, dentro dessas populações, a singular vulnerabilidade social negativa dos jovens. Não se nega a importância de reformas e atuação de políticas públicas, controles sobre abuso de poder e desrespeito aos direitos humanos e a relação entre violência e crise de democracia, e a necessidade de afirmação de um estado de direito e de bem-estar, em um Brasil marcado por forte condicionamento das desigualdades sociais.

No âmbito da psicologia, tornam-se necessários o conhecimento e a atuação ativa do profissional frente às demandas que tais vulnerabilidades possam ocasionar nos sujeitos a elas expostos, tendo compreensão de que a vulnerabilidade social tem sido usada para caracterizar uma parcela da população, cada vez maior, que se encontra em uma situação desfavorável em relação a outros grupos populacionais. Por isso, para coibir o crescimento da violência e do desencanto sobre o futuro, em particular dos jovens em situação de vulnerabilidade social, há de se investir em valores voltados para uma cultura de paz, ética de convivência e, mais que tolerância, cultivando vidas e desarmando violências, pelo

resgate da dignidade, da autoestima e do direito à participação e inclusão dos jovens e a necessária formação de uma massa crítica, com responsabilidade social e canais de representação dos jovens. Além disso, investir também em espaços de lazer, esporte, arte, cultura e educação para a cidadania.

Nesse contexto, o psicólogo clínico é um profissional, não só pela percepção de seu papel na sociedade, mas, principalmente, pela percepção de sua natural implicação na rede de relações que nos constitui, com todas as questões pertinentes a uma sociedade, não tendo outro caminho a não ser o do encontro com o outro, seja qual for sua condição socioeconômica.

Portanto, atuar com a vulnerabilidade, com as instituições e com a saúde pública, tem se revelado uma condição especial para se pensar a atuação do psicólogo, não só nesse contexto específico, pois suas vicissitudes têm produzido questionamentos que atingem a Psicologia de forma geral. Esse é um movimento que possibilita pensar o fazer das práticas psicológicas como uma ação social, favorecendo o vislumbrar de uma clínica que permite ser ampliada, abrindo-se para a rede de relações, caso contrário, continuaremos a observar a triste situação da juventude como agente e vítima desse processo de exclusão que vem afetando e envolvendo, de maneira singular, uma geração, um ciclo de vida, o dos jovens, em particular, daqueles em situação de pobreza, que desencadeia cada vez mais a vulnerabilidade social.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M *et al.* **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina**: desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO, BID, 2002, 192 p.

ABRAMOVAY, M; CASTRO, M. G. Juventudes no Brasil: Vulnerabilidades negativas e positivas. *In*: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE POPULAÇÃO, 1, Caxambu, MG, 2004. **Anais...** Campinas: Associação Brasileira de Estudos de População, 2004. Disponível em: www.alapop.org/2009/images/PDF/ALAP2004_295.PDF. Acesso em: 11 set. 2022.

ARAÚJO, M. E. **A atuação do psicólogo no CRAS e o enfrentamento da situação de vulnerabilidade social**. 2014. 285 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-20102014-115827/publico/araujo_corrigeida.pdf. Acesso em: 11 out.2022.

BOCK, A. M. B. A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. **Estudos de Psicologia**. Natal, dez. 1999, v. 4, n. 2, p. 315-329. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v4n2/a08v4n2.pdf>. Acesso em 10 de out. 2022.

BRASIL. **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros**. Brasília: IPEA, 2015.

CASTRO, M. G; ABRAMOVAY, M. JOVENS EM SITUAÇÃO DE POBREZA, VULNERABILIDADES SOCIAIS E VIOLÊNCIAS. **Cadernos de Pesquisa**. Rio de Janeiro, n. 116, jul., 2002, p143-176. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/TvShMLYjsKJ8FDZfbBvrMKN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 out.2022.

COSTA, M. A; MARGUTI, B. O; PIRANI, N. C. O Território em índices: a experiência do Ipea na construção do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) e a possibilidade de novos olhares sobre diferentes escalas do território. **Ipea- Boletim regional urbano e ambiental**. Rio de Janeiro, jan./jun. 2016, p.19. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6495>. Acesso em: 03 out.2022.

DA SILVA, M. H. A; PROCÓPIO, I. M. A fragilidade do sistema de saúde brasileiro e a vulnerabilidade social diante da COVID-19. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, [S. l.], v. 33, 2020. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/RBPS/article/view/10724>. Acesso em: 12 out. 2022.

FARIA G. N. *et al.* Adolescência e vulnerabilidades sociais: demandas para profissionais de psicologia na prática clínica. In: VII Seminário Científico do UNIFACIG, Minas Gerais, 28 e 29 de outubro de 2021, p.8. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/fZZnWX4ntMxSTwGBWfDnZJg/?lang=pt> Acesso em: 10 out., 2022.

FIORATI, R. C; ARCÊNCIO, R. A; SOUZA, L. B. As iniquidades sociais e o acesso à saúde: desafios para a sociedade, desafios para a enfermagem. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, n. 24, p. 2687, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/KCWZH8cYdXWxDCfJhVpGZKj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2022.

FONSECA, A. C. L. Os direitos da criança – dialogando com o ECA. In: FONSECA, C.; TERTO JUNIOR, V.; ALVES, C. F. (Orgs.). **Antropologia, diversidade e direitos humanos: diálogos interdisciplinares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, cap. 1, parte II, p.103 - 115.

FONSECA, F. F *et al.* As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção. **Rev Paul Pediatr**, Minas Gerais. v.31, n.2, p.258-264, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rpp/a/Qtvk8gNNVtnzhyqhDRtLX6R/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 out. 2022.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GUITARRARA, P. Unesco: Geografia Econômica Blocos Econômicos. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/unesco.htm>. Acesso em 09 de outubro de 2022.

MACEDO, R. M. S. Psicologia, instituição e comunidade: problemas de atuação do psicólogo clínico. In: MACEDO, R. M. S. (org.). **Psicologia e Instituição**. Novas formas de atendimento. São Paulo: Cortez, 1984.

MALVASI, P. A. ONGs, vulnerabilidade juvenil e reconhecimento cultural: eficácia simbólica e dilemas. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**. São Paulo, v.12, n. 26, p. 605-617, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=180114104012>. Acesso em: 29 set. 2022.

MORAIS N. A; RAFFAELLI, M; KOLLER, S. H. Adolescentes em situação de vulnerabilidade social e o continuum risco-proteção. **Av. Psicol. Latinoam.**, Bogotá, v. 30, n. 1, p. 118-136, jun. 2012. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-47242012000100010&lng=en&nrm=iso. Acesso em 08 out. 2022.

NUNES, A. J; SALES, M. C. V. Violência contra crianças no cenário brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 21, n.3, p.871-880, mar., 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/hbQG5xjXFgD6qBLw4D95NNg/>. Acesso em 07 out. 2022.

OLIVEIRA, A. P. G; MILNITSKY-SAPIRO, C. Políticas públicas para adolescentes em vulnerabilidade social: abrigo e provisoriedade. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 27, n. 4, p. 623-635, dez. 2007. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932007001200005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 09 out. 2022.

POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1984. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>. Acesso em: 24 jun. 2022.

ROCHA, S. R. **Possibilidades e limites no enfrentamento da vulnerabilidade social juvenil**: a experiência do Programa Agente Jovem em Porto Alegre. 2007. 249 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/598>. Acesso em: 07 out. 2022.

SCOTT, J. B *et al.* O conceito de vulnerabilidade social no âmbito da v. psicologia no Brasil: uma revisão sistemática da literatura. **Psicol. rev.** Belo Horizonte, v. 24, n.2, p600-615, ago., 2018. Disponível em: [11682018000200013](https://doi.org/10.11682018000200013)&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 out. 2022.

SILVA, I. B. S; BARBOSA, A. A G. A dimensão social na psicopedagogia: Violência como risco à aprendizagem. **Revista Psicopedagogia**: pepsic bvsalud, São Paulo, v. 38, n. 116, p. 254-271, ago. 2021. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862021000200010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 08 out. 2022.

SOUZA, L. B; PANÚNCIO-PINTO, M. P; FIORATI, R. C. Crianças e adolescentes em vulnerabilidade social: bem-estar, saúde mental e participação. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 27, n. 2, p. 251-269, 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cadbto/a/yLRT3x4JrDbH6T4djNw95DR/?lang=pt&format=pdf>.
Acesso em: 12 set. 2022.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo. São Paulo: Atlas, 1987.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

CARVALHO, S. M. S.; CARDOSO, A. L. M. S.; MIGUEL, M. C. Intersubjetividade e os Jovens em Situação de Vulnerabilidade Social: Observação Documental na Psicologia Clínica. **Rev. FSA**, Teresina, v. 20, n. 1, art. 18, p. 356-370, jan. 2023.

Contribuição dos Autores	S. M. S. Carvalho	A. L. M. S. Cardoso	M. C. Miguel
1) concepção e planejamento.	X	X	X
2) análise e interpretação dos dados.	X	X	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X	X